

Referencial de Qualidade

Acreditação Pedagógica de Cursos *lato sensu* em Saúde Pública

Documento lido e validado em 18 de novembro de 2014.

Projeto

A Acreditação Pedagógica dos Cursos *lato sensu* em Saúde Pública e a Formação em Saúde Pública: uma possibilidade de caminhos convergentes.

Apoio/Parceria

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)

École de Hautes Études en Santé Publique (EHESP)

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz)

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde (SEGTS)/Ministério da Saúde

Coordenação

Rede de Escolas e de Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva

Rosa Maria Pinheiro Souza

Grupo de Trabalho

Domício Sá

Haroldo Pontes

José Inácio Jardim Motta

Murilo Wanzeler

Nelson Barbosa

Ondina Canuto

Rosa Maria Pinheiro Souza (Coordenadora)

Roseana Meira

Agência de Acreditação Pedagógica

Inácio Mota (Secretário Executivo)

Murilo Wanzeler (Secretário Adjunto)

Sumário

Introdução	04
Noção de qualidade requerida na acreditação de cursos <i>lato sensu</i>	07
Dispositivos de acreditação da formação <i>lato sensu</i>	11
Padrões de referência de qualidade para acreditação de cursos de especialização em Saúde Pública/Coletiva	13
Dimensão Gerencial	15
Dimensão Pedagógica	19
Dimensão Infraestrutura	22

Introdução

A formação em saúde tem sido objeto de preocupação e debate desde as origens da Reforma Sanitária Brasileira e permanece como desafio ao longo do processo de implementação do SUS. O desafio principal consiste em instituir práticas de saúde consoantes com os princípios e diretrizes desse sistema, apontando para um perfil profissional que valorize a generalidade em detrimento da especialidade, o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade, entre outras questões.

Isso implica em aproximar cada vez mais a formação em saúde ao mundo do trabalho, que resultaram nos últimos 30 anos em um conjunto de esforços para a formulação e implementação de políticas e práticas formativas inovadoras nos diversos níveis de formação em saúde, especialmente no âmbito da graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

Todavia a formação *lato sensu* pouco tem sido alvo de tais intervenções, embora reconheça-se que essa modalidade de formação, no campo da saúde, tem conexões diretas com o processo de trabalho em saúde, produzindo uma ausculta mais fina as demandas e necessidades de qualificação referidas a dinâmica do trabalho e com potencial de intervir na qualificação dos processos de gestão do SUS e nas práticas de saúde no interior dos serviços de saúde.

Em face desse desafio, em 1999, por ocasião do Seminário Nacional sobre Acreditação de Cursos *lato sensu* na área da Saúde Pública realizado na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), instituições, pesquisadores, gestores, trabalhadores, estudantes, todos envolvidos com o SUS, tiveram o entendimento de que a acreditação pedagógica poderia configurar-se como uma proposta de inovação tecnológica na formação, visando o aprimoramento do desenvolvimento de recursos humanos para a saúde e o acompanhamento da melhoria da qualidade em saúde no âmbito de cursos *lato sensu*.

Naquela oportunidade, houve também o entendimento de que tal proposta necessariamente

deveria ser construída de maneira a envolver atores e instituições de forma ampliada, o que ocorreu tanto naquele momento quanto nos desdobramentos havidos até os tempos atuais, na criação e fortalecimento de Sistema Nacional de Acreditação Pedagógica inspirado na experiência francesa, desenvolvida na *École de Hautes Études en Santé Publique* (EHESP) de Rennes e com a liderança da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

A proposta de acreditação pedagógica vem se configurando, por um lado, pela visibilidade em termos de estruturação de projeto político e reconhecimento nacional, principalmente a partir de 2011 quando de sua retomada no âmbito da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde, e por outro lado, com a decisão política de que uma Agência de Acreditação Pedagógica no Brasil deveria de fato e de direito ser instalada em uma organização da sociedade civil, a fim de gerenciar de forma coletiva com outros atores tal Sistema de Acreditação Pedagógica em Saúde. Essa agência encontrou então, seu lugar no âmbito da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, a qual assume a tarefa de dinamizar a gestão de caminhos coletivos de qualidade, em colaboração com outras redes de formadores, entidades governamentais e não-governamentais.

Apesar de tal definição, verificou-se que a instalação dessa entidade não se daria de imediato. No final de 2012 foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) denominado GT de Acreditação Pedagógica para, e considerada a situação da formação especialista para o SUS, revisar acúmulos produzidos até este momento pelo grupo de implementação da acreditação pedagógica no Brasil anterior a 2012, revisando manual da acreditação e padrões de referência e, com isso, elaborar documento referencial de qualidade da formação *Lato Sensu*, termo de adesão e outros documentos que compuseram a caixa de ferramentas para Acreditação Pedagógica. Ademais, o referido grupo foi responsável pela abertura do debate sobre a conformação de seu processo de trabalho e a organização de Agência de Acreditação Pedagógica na ABRASCO.

O documento referencial de qualidade, ora aqui apresentado, constitui-se em um importante dispositivo do processo de acreditação pedagógica, produto de trabalho coletivo, encontro de diversos atores sociais que gestaram o mesmo em diversas oficinas realizadas no ano de 2013.

Em face desses novos aportes e considerando que não há produção de conceito sem contexto, pois são históricos e culturais, no âmbito da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde e do GT Acreditação houve a negociação e iniciativa de realizar experimentação de acreditação na Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESP/CE). Experimentação, essa, que submeteu, voluntariamente, o Curso de Especialização em Vigilância Sanitária, ao processo acreditador.

Dando sequência ao trabalho do GT, ao tempo em que ele próprio concluiu sua missão, o documento Referencial de Qualidade e seus padrões de referência foram, após a experimentação, validados pelo grupo de condução da rede de escolas e centros formadores, pela ABRASCO, representantes do CONASS e CONASSEMS, em oficina de trabalho com essa finalidade. Uma vez criado a AAP, o mesmo documento foi validado pelo Conselho Político e de Gestão da AAP, resultando no documento que ora se torna referência para os cursos a serem acreditados no âmbito de Sistema Nacional de Acreditação Pedagógica.

Portanto, a Agência de Acreditação Pedagógica - ABRASCO assume a responsabilidade de acreditar os cursos de saúde pública em desenvolvimento regular nas Escolas e Centros Formadores de Saúde que fazem parte da Rede de Escolas de Governo coordenado pela ENSP-FIOCRUZ e com isso criar, desenvolver e gerenciar, de modo colaborativo junto com outros atores e instituições, Sistema de Acreditação Pedagógica no Brasil.

O presente documento consiste no produto dessa discussão e construção que se processou desde a década de 90 e se formalizou nos últimos anos no âmbito das Escolas e Centros Formadores de Saúde, envolvendo a participação de outros atores sociais.

O documento Referencial de Qualidade tem como propósito apresentar referenciais e padrões de referência para o exame da qualidade dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* no Brasil em desenvolvimento nas escolas e centros formadores de Saúde Pública no Brasil. Ele busca explicitar, no tempo, noção de qualidade requerida para formação em saúde, noção e dispositivos que norteiam a condução do processo de acreditação de cursos *lato sensu* em saúde pública e, padrões de referência no âmbito da saúde pública/coletiva.

Noção de qualidade requerida na acreditação pedagógica de cursos *lato sensu* em Saúde Pública/Coletiva

A noção de qualidade ora proposta para acreditação pedagógica dos cursos *lato sensu* em Saúde Pública/Coletiva insere-se como componente da produção social educativa realizada entre atores de ações e serviços de saúde e de educação na saúde. É objeto de negociação e compartilhamento. É interinstitucional e interdisciplinar. Volta-se para a satisfação de necessidades de cada um dos envolvidos no processo coletivo formador, com foco no usuário, beneficiário direto deste processo de formação. Gera benefícios a estudante-profissional-trabalhador, gestor, usuário dos serviços de saúde, órgão financiador, instituição formadora (IF), entre outros.

A qualidade requerida para o Sistema de Acreditação Pedagógica implica:

- Qualidade em saúde e em educação, circunscrita à ampliação de capacidades de realização de ações e serviços de saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS) e, integradas por demandas/necessidades formativas dos beneficiários da ação educativa;
- Qualidade como expressão de categorias estruturadas e elementos contingenciais não estruturados, ou seja, de eventos com intervenções de natureza objetiva e subjetiva, admitindo o emprego de tecnologias duras, leve – duras e leves.
- Qualidade como expressão de categorias constituídas coletivamente, considerando seus contextos sócio-culturais. Neste sentido e sendo padrões de qualidade negociados e compartilhados, seus referentes resultantes da mobilização de recursos e da formação de competências;
- Autoavaliação como elemento transversal e impulsionador de processos instituintes em direção à ideia de qualidade socialmente pactuada e também como produção institucional

de conversação com os atores internos/externos ao centro formador.

A realização do trabalho educativo, para acreditação, busca valorizar os momentos de encontro entre atores da formação, em atos transformadores às formas de acolhimento de demandas e de necessidades de aprendizagem, atento a resultados favoráveis à agregação de valor ao cuidado em sistemas e serviços de saúde.

A acreditação praticada por meio da Agência de Acreditação Pedagógica, estabelece contrato negociado e partilhado ao mundo da ação e do serviço educativo em saúde. Com o contrato, por meio do Termo de Adesão, o curso assume a responsabilidade de explicitar a noção de qualidade requerida; informar padrões de referência negocial ao contexto das práticas de educação-saúde do Curso em Acreditação e, ao mesmo tempo, definir caminhos de qualidade em aprendizagem organizativa como ato político de gestão coletiva.

O contrato reconhece a complexidade do mundo do trabalho na interface entre dois campos disciplinares que são o da saúde e o da educação, visa a transformação dos processos pedagógicos em curso, valoriza os acontecimentos em forças singulares e, de forma situada, as relações institucionais, comandadas pelos efeitos de participação e/ou pressão nas decisões educacionais, neste caso, da formação *lato sensu*.

A qualidade na Acreditação Pedagógica visa a crítica da prática organizativa da formação ao operar dispositivos estruturantes e estratégicos de transposição de práticas vigentes, como forma de aproximação, no contexto da formação, as necessidades de beneficiários, aportando, paulatinamente, novos padrões tecno-políticos, éticos e estéticos no encontro entre os atores envolvidos no Curso.

Portanto, a noção de qualidade na Acreditação Pedagógica visualiza a análise dos valores aceitos na organização, valorando a vitalidade das estratégias e práticas de sua cultura institucional, as exigências locais, as resistências e as trilhas percorridas na condução organizacional. Favorece a confiabilidade social pela inclusão de atores e a renovação de elementos de qualidade para a prática do cuidado, com formação em processos situados e transparentes no mundo dos sistemas e serviços de saúde.

Nesse sentido, a *acreditação* de cursos *lato sensu* desenvolvida pela Agência de Acreditação Pedagógica, busca a mediação entre a autoavaliação, a avaliação externa e a confiabilidade pública.

Autoavaliação devendo ser realizada em base a aprendizagem no trabalho. Os atores do curso, em meio a suas análises estratégicas, entre saberes e poderes envolvidos na realização do mesmo e, instituídos na legislação educacional e da instituição formadora (IF) vigente, mediam jogos e relações de forças na sua realização. De modo que se situam entre, situações prevalentes de apoios, cujas relações de força se encontram umas nas outras e tendem a formar uma cadeia ou sistema. Nos deslocamentos, nas contradições etc., tais forças se isolam umas das outras e, por fim, nas estratégias pelas quais elas entram em vigor, tomam corpo como projeto político de institucionalização e transposição da organização do curso e na instituição formadora - IF,

assumindo os conflitos e soluções.

Os atores envolvidos na autoavaliação assumem as escolhas feitas coletivamente. Considerada a escolha do objeto da autoavaliação, as outras escolhas dependerão do modo como se quer avaliar, com mais ou menos pactuação entre os atores sujeitos das práticas educativas no Curso e em relação à instituição formadora e de compreensão de contextos, saberes, normas e procedimentos. Implica em reconhecer as lacunas existentes entre o proposto no referencial de qualidade e as reais condições do Curso.

A prática da avaliação externa visa a obtenção de maior segurança e confiabilidade, daquilo que se faz. A realização de avaliação externa no contexto da acreditação de curso *lato sensu* pela Agência de Acreditação Pedagógica resulta de agenda de trabalho negociada conjuntamente entre a condução do Curso, via Instituição Formadora, a Secretaria Executiva da Agência e equipe de avaliadores externos, designada pela Agência de Acreditação Pedagógica - ABRASCO.

De modo esquemático, apresenta-se a seguir, fluxo dos momentos construtores de caminhos da qualidade no processo acreditador das especializações no campo da Saúde Coletiva experimentado no Brasil.

PRIMEIRO MOMENTO: A Instituição Formadora expressa, por meio de uma carta à Agência de Acreditação Pedagógica, o desejo de aderir ao sistema acreditador colocando um dos seus cursos como objeto de análise.

SEGUNDO MOMENTO: A Agência Acreditadora encaminha o Referencial da Qualidade para conhecimento e reflexão da instituição formadora sobre a concepção e os padrões de referência propostos pela ABRASCO - Agência de Acreditação Pedagógica e o Termo de Adesão ao processo acreditador adotados na acreditação pedagógica.

TERCEIRO MOMENTO: Reflexão, na Instituição Formadora, sobre as expectativas de um sistema de qualidade que tenha como um dos pilares a sua gestão coletiva. Gera debates e encaminha sobre a ideia de qualidade implicada aos padrões de referência apresentados pela Agência de Acreditação Pedagógica. Define o papel da autoavaliação no âmbito do curso, considera padrões de acreditação, acorda a dinâmica interna para trilhar o caminho da qualidade possível para o momento e os acordos locais necessários.

QUARTO MOMENTO: Desenvolvimento, no âmbito do curso e sua Instituição Formadora, os movimentos de autoavaliação, gerando relatório, que se orienta pelos padrões de referência de qualidade apresentados no presente documento, sem contudo limitar-se a eles. Dentre outros aspectos, o relatório deve explicitar em detalhes as medidas desse engajamento.

QUINTO MOMENTO: A avaliação externa, realizada pela Agência de Acreditação Pedagógica - ABRASCO, tem como produto o relatório elaborado pela equipe de avaliadores externos. Este relatório abrange descrição, análise e recomendações com base nos achados do processo de avaliação, devendo ser encaminhado ao Comitê de Acreditação para elaboração de outro relatório que sustente a emissão de parecer sobre a acreditação do curso. Tal parecer, deverá ser

encaminhado Colegiado da Agência de Acreditação Pedagógica - ABRASCO e em seguida, da Agência para a coordenação do curso acreditado e a direção da Instituição Formadora.

Dispositivos de Acreditação Pedagógica da Formação *Lato Sensu*

Os dispositivos delineiam a natureza da conexão existente entre elementos heterogêneos que conformam caminho da qualidade do curso, em suas dimensões gerencial, pedagógica e de infraestrutura. Os elementos são interdependentes estabelecidos em redes relacionais de discursos e de práticas no âmbito do trabalho formativo. Ademais, os dispositivos exercem função estratégica em resposta às urgências da prática organizativa e, por isso mesmo, exigem novos arranjos em meio às transposições necessárias. Estas, em função de ressonâncias e contradições, surtindo efeitos positivos e/ou negativos, desejáveis e/ou não desejáveis, ditos e/ou não ditos.

Os dispositivos adotados pela Agência de Acreditação Pedagógica explicitam as formas estruturadas e os fluxos da Acreditação. Voltam-se para os conteúdos da formação e os papéis existentes entre atores envolvidos. Relacionam processos cuja natureza envolve o humano, a aprendizagem, a cultura e o conhecimento, os quais conjuntamente revelam ou escondem escolhas possíveis e as não-escolhas, visíveis ou não visíveis, entre práticas de sujeito idealizado, de sujeito na sociedade e de sujeito em atos de poder.

A Agência de Acreditação Pedagógica potencializa um conjunto de ideias, meios e processos aplicados à institucionalização de crédito de confiabilidade pública ao curso de especialização pela adesão e engajamento em caminho da qualidade.

A Agência de Acreditação Pedagógica conforma os seguintes dispositivos:

- De regulação aos procedimentos de acreditação pela autoavaliação e avaliação externa e o fluxograma de trabalho por meio de equipes locais de gestão da qualidade do Curso na instituição formadora;
- De exercício de gestão coletiva de qualidade entre gestores e trabalhadores dos serviços de saúde, equipes das instituições formadora e destas com instâncias da Agência Acreditadora, em busca de melhoria contínua da qualidade exercida, de compreensão de limites e desejos de transposição para melhor atenção em serviços de saúde e contratualização de processos e resultados educacionais.

Tais dispositivos operadores de regulação e gestão coletiva da qualidade interna e externa a um curso implicam na realização de um conjunto de responsabilidades pactuadas entre instituições formadoras e a Agência Acreditadora, submetendo voluntariamente seus cursos a avaliações externas. Envolve elementos relacionados a atribuições legais, projeto pedagógico, pertinência do curso, capacidade de articulação acadêmico-pedagógica, recursos humanos, infraestrutura e resultados.

O desenvolvimento da regulação e da gestão coletiva da qualidade na acreditação do curso é realizado com base nas três dimensões (D) já referidas: a **Gerencial**, a **Pedagógica** e a

Infraestrutura. Para a dimensão Gerencial, há 5 (cinco) subdimensões (SD). Para a Pedagógica, há 4 (quatro) subdimensões e, para a dimensão Infraestrutura, há 5 (cinco) subdimensões, observadas nos tópicos a seguir.

Independentemente de qualquer princípio ou padrão construídos a priori, a regulação e a gestão coletiva da qualidade, como dispositivos, e em meio a apreciações circunstanciais, operam, num primeiro plano, de modo a ser considerado a convergência em seguir caminhos de qualidade. Num segundo plano mais complexo, a construção de condições de compartilhamento de posições. Contudo, e para além da capacidade de compartilhar posições e seguir caminhos de qualidade, operam no sentido de saber refletir em conjunto as situações e acordar, no rigor das combinações coletivas e aberturas a inovações, as responsabilidades particularizadas da ação de cada ator em situação.

Padrões de referência de qualidade para acreditação de cursos de especialização em Saúde Pública/Coletiva

Os Padrões de Referência de Qualidade adotados pela Agência de Acreditação Pedagógica constituem-se num mirante temporal geral, capaz de orientar certa caminhada de autoavaliação e de avaliação externa da acreditação visando a garantia de qualidade e a credibilidade social de realização de um Curso. Há comprometimento entre os atores envolvidos, docentes e discentes, do Curso em mobilizar recursos na realização de um conjunto de medidas e ações de gestão coletiva de caminho de qualidade ao mesmo. Estes responsabilizam-se por sua realização, resultados e consequências.

Os padrões de referência devem ser atualizados permanentemente, para atender as necessidades dos beneficiários diretos e indiretos, em face ao amadurecimento da noção de qualidade requerida entre os centros formadores e gestores e trabalhadores dos serviços, em articulação com a agência acreditadora, a qual referência novos padrões.

Estão estruturados em 3 dimensões: Gerencial, Pedagógica e Infraestrutura, 14 subdimensões e 55 padrões de referência.

Na dimensão **gerencial** são explicitados os processos e atividades gerenciais. Considera subdimensões tais como: a missão institucional, a gestão institucional, a melhoria de desempenho gerencial, a gestão e a coordenação do curso.

Na dimensão **pedagógica** são explicitadas as diretrizes éticas, políticas e pedagógicas do curso, orientando e organizando a ação pedagógica e as atividades acadêmicas, pelas quais se promove a formação profissional desejada. Considera subdimensões tais como: a proposta do curso, o projeto pedagógico, a avaliação dos conhecimentos adquiridos e dos resultados para os processos de trabalho em saúde; e, a avaliação do curso e resultados para os serviços de saúde.

Na dimensão **infraestrutura** são explicitadas as características do conjunto de docentes e pessoal técnico administrativo, dos instrumentos e suporte técnico de auxílio e a área física onde as atividades são realizadas. Considera subdimensões tais como: os recursos técnico-acadêmicos,

os recursos administrativos, a infraestrutura física, o acervo documental e científico, e o suporte pedagógico.

Para cada subdimensão são elaborados argumentos que fundamentem as expectativas e os padrões de referência que indicam possibilidades de análise e a combinação de processos de qualidade do Curso/Programa, cujas escolhas no Curso produzem resultados úteis para a formação dos atores envolvidos na organização do mesmo. Cada Padrão de Referência leva em consideração as seguintes características:

- Expressividade, cuja análise permite chegar a conclusões eficazes e de forma simples (espelham a realidade existente).
- Objetividade, considerando a facilidade de verificação e distinção (a partir da observação).
- Subjetividade pelas formações identitárias e transposições em relações entre atores, expressos por meio de indícios qualitativos e quantitativos (que permitam inferir/aférir qualidade e indícios na realização de caminhos de qualidade).

Cada padrão de referência apresenta uma definição e uma lista de verificação que permitem a identificação precisa do que se busca avaliar e a concordância com o padrão estabelecido. Conforme os enunciados descritos aos padrões de referência adotados no momento pela agência acreditadora, segundo dimensões e subdimensões de qualidade.

D.1 – Dimensão Gerencial (processos ou atividades gerenciais)

- SD 1.1 - Missão Institucional
- SD 1.2 - Gestão Institucional
- SD 1.3 - Melhoria de Desempenho
- SD 1.4 -Gestão do Curso
- SD 1.5 - Coordenação do Curso

SD 1.1. - Missão Institucional

Argumento:

A missão institucional orienta, ao mesmo tempo, a relação da instituição com o sistema de saúde e as organizações da sociedade civil, e todas as ações institucionais e seus objetivos educacionais. A definição da missão resulta de um processo participativo, sendo oficializada por escrito.

Padrões de Referência:

- 1.1.1. A missão institucional está definida por escrito nos documentos do curso.
- 1.1.2. A missão institucional é definida em processo participativo.
- 1.1.3. A missão institucional norteia os objetivos educacionais.
- 1.1.4. Os profissionais que trabalham na instituição conhecem a missão institucional.
- 1.1.5 A missão Institucional é divulgada em nível nacional e internacional, quando cabível.

SD 1.2. - Gestão Institucional

Argumento:

As estruturas organizacionais e administrativas estão definidas e descritas em documentos atualizados e datados. Tanto o regimento quanto a forma de organização institucional favorecem o cumprimento da missão. A instituição de ensino é uma organização complexa que requer elevado grau de integração para atender às necessidades de formação de profissionais para o sistema de saúde. Nesse sentido, as instâncias decisórias funcionam regularmente e contam com a participação dos diversos atores internos nos processos de planejamento, decisão e implementação. Requer também coerência entre as responsabilidades assumidas pelos membros da direção e as finalidades das instâncias da qual participam. A instituição garante ações permanentes para a continuidade dos cursos que estejam de acordo com os objetivos institucionais.

Padrões de Referência:

- 1.2.1. A instituição tem seu Regimento Interno formalizado e atualizado.
- 1.2.2. A forma de organização da instituição favorece o cumprimento da missão.
- 1.2.3. As atribuições e os fluxos de decisão da instituição estão atualizados.
- 1.2.4. As instâncias decisórias cumprem sua finalidade e funcionam regularmente.
- 1.2.5. As ações dos membros da direção são coerentes com as responsabilidades assumidas e as finalidades das instâncias das quais participam.
- 1.2.6. A instituição implementa ações que viabilizam a continuidade dos cursos que estejam de acordo com os objetivos institucionais.

SD 1.3. - Melhoria de desempenho

Argumentos:

A busca da melhoria contínua do desempenho orienta as ações institucionais e resulta de compromisso renovado da direção na elaboração de ações específicas, definidas por escrito, visando a constituição de um programa de melhoria de desempenho, orientado pela missão institucional e em consonância com o projeto pedagógico.

A melhoria do desempenho de processos depende do envolvimento de todos os atores internos. Para tanto, a instituição desenvolve estratégias visando assegurar a colaboração e a atuação multiprofissional nas ações de melhoria de desempenho. A melhoria de desempenho envolve

conhecimento e ações específicas. A direção busca recursos para qualificação dos profissionais envolvidos e para a implementação contínua das ações.

Padrões de Referência:

- 1.3.1. A direção tem compromisso com a melhoria do desempenho institucional.
- 1.3.2. O programa de melhoria do desempenho está orientado pela missão institucional.
- 1.3.3. A Direção busca recursos para a implementação de melhorias de desempenho.
- 1.3.4. A Direção institui e implementa mecanismos de avaliação.
- 1.3.5. A Direção monitora o desempenho de seus funcionários.
- 1.3.6. A Direção fomenta o desenvolvimento de melhorias de desempenho do corpo funcional

SD 1.4. - Gestão do Curso

Argumento:

A realização de cursos é uma das mais importantes atividades de uma instituição de ensino. Seus objetivos e regras são definidos coletivamente, estão de acordo com os objetivos educacionais e as regras político administrativas da instituição. Para que este princípio seja respeitado, há uma instância específica para esse fim e esta funciona regularmente. Os acordos e parcerias com instituições, preveem o respeito à legislação vigente e condições adequadas para a sua operacionalização. Os cursos fazem parte do programa de melhoria de desempenho institucional, refletindo um compromisso contínuo de suas coordenações. Os resultados orientam a reformulação dos cursos.

Padrões de Referência:

- 1.4.1. Os cursos são discutidos coletivamente em instâncias específicas.
- 1.4.2. As regras que regem o curso estão de acordo a missão, com o regimento institucional e são aprovadas pela direção.
- 1.4.3. Os acordos e parcerias com instituições estão formalizados.
- 1.4.4. Os cursos estão integrados no programa de melhoria de desempenho, e são avaliados continuamente.

SD 1.5. - Coordenação do Curso

Argumento:

Todo curso está sob a responsabilidade de um coordenador com competência e experiência no campo de conhecimento do curso. Suas atribuições são definidas por escrito pela instituição. O coordenador atua de forma contínua através de instâncias formais e não formais visando implementar o projeto político-pedagógico no âmbito do seu curso, dirimindo conflitos e facilitando as ações estratégicas. O coordenador se mantém atualizado em relação aos objetivos

do sistema de saúde e suas políticas em curso, possui conhecimento sobre as mais adequadas teorias e metodologias educacionais e inclui esses fundamentos nas suas práticas pedagógicas no curso.

Padrões de Referência:

- 1.5.1. O coordenador conhece o campo de aplicação do Curso e as orientações gerais da Instituição.
- 1.5.2. O coordenador garante a implementação do projeto pedagógico, por meio de medidas acadêmicas e administrativas.
- 1.5.3. O coordenador viabiliza a implementação do projeto pedagógico na sua totalidade e de acordo com a demanda do sistema de saúde.

D2 – Dimensão Pedagógica (diretrizes éticas, políticas, pedagógicas do curso)

- SD 2.1 - Proposta do Curso
- SD 2.2 - Projeto pedagógico
- SD 2.3 - Avaliação dos conhecimentos adquiridos
- SD 2.4 - Avaliação do Curso

SD 2.1 - Proposta do Curso (Programa)

Argumento:

O Curso possui uma proposta que está de acordo com as necessidades do sistema de saúde. É desenvolvida de forma coerente e equilibrada considerando as competências previstas para a área.

Padrões de Referência:

- 2.1.1. A proposta do Curso está de acordo com a legislação vigente relativa à formação *Lato Sensu*.
- 2.1.2. A proposta do Curso, nos seus objetivos, metodologia e atividades, explicita o desenvolvimento de competências profissionais previstas no âmbito da Saúde Pública/ Coletiva.
- 2.1.3. As diferentes unidades de aprendizagem do Curso estão interrelacionadas.
- 2.1.4. Os processos de seleção e avaliação discentes do Curso são explícitos.

SD 2.2 - Projeto Político-Pedagógico da Instituição Formadora

Argumento:

O projeto pedagógico expressa os objetivos que o constituem e está intimamente ligado à realidade a que se dirige. A partir de um processo participativo que envolva direção, coordenação, docentes, discentes e representantes dos serviços de saúde. O projeto pedagógico é definido por escrito, mantendo-se atualizado e sempre em consonância com a missão institucional.

Padrões de Referência:

- 2.2.1. O projeto pedagógico está dentro do domínio da saúde pública/coletiva.
- 2.2.2. O projeto pedagógico é elaborado com a colaboração de representantes da área de ensino e dos serviços.
- 2.2.3. O projeto pedagógico é coerente com a missão institucional e orienta as propostas de cada curso.
- 2.2.4. A instituição atualiza o projeto pedagógico periodicamente.

SD 2.3 - Avaliação do processo ensino-aprendizagem

Argumentos:

A avaliação do processo ensino-aprendizagem envolve o uso de critérios e padrões para determinar em que medida os resultados foram alcançados de forma satisfatória. A avaliação pode ser qualitativas e/ou quantitativas.

Padrões de Referência:

- 2.3.1. O Curso adota estratégias explícitas para avaliar o processo de ensino-aprendizagem pelos alunos.
- 2.3.2. Os processos de avaliação do docente, do curso e da coordenação são explícitos.

SD 2.4 - Avaliação dos resultados do curso

Argumento:

A avaliação das mudanças das práticas dos sujeitos envolvidos no curso e conseqüentemente nos processos de trabalho, podem ser observados nos produtos apresentados pelos trabalhos de conclusão de curso, nas investigações realizadas nos serviços onde os mesmos se encontram inseridos, nos estudos de egressos e nos diálogos com os membros das instituições onde os mesmos fazem parte. A avaliação das mudanças de práticas envolve a capacidade de alterar processos de trabalho e seus resultados, efeitos e impactos.

Padrões de Referência:

2.4.1. A instituição utiliza estratégias que possibilitem averiguar resultados, efeitos e impactos no processo de trabalho.

D3 – Dimensão de Infraestrutura (docentes e pessoal técnico administrativo, instrumentos e suporte técnico de auxílio e área física)

- SD 3.1 - Recursos técnico-administrativos
- SD 3.2 - Administrativos
- SD 3.3 - Infraestrutura física
- SD 3.4 - Acervo documental e científico
- SD 3.5 - Suporte Pedagógico

SD 3.1 – Equipe técnica

Argumento:

A qualificação de docentes e técnicos do Curso é verificável por meio de um quadro que indique a formação acadêmica dos profissionais encarregados da formação, áreas em que se especializaram e a experiência adquirida tanto no exercício da formação quanto na prestação de serviços.

Padrões de Referência:

3.1.1. A instituição possui corpo técnico qualificado, competente, integrado e suficiente para garantir a regularidade e a qualidade do Curso.

SD 3.2 – Processo Acadêmico -Administrativo

Argumentos:

A instituição está submetida a um conjunto de leis, normas e regulamentos emitidos por diferentes níveis de Governo e instituições. A Direção e os dirigentes de serviços conhecem e divulgam a legislação e adotam políticas e procedimentos, por escrito, para assegurar que a instituição realize as suas atividades, de acordo com as exigências legais. A Direção e o restante do corpo diretivo asseguram a guarda e a atualização dos documentos, certificados e licenciamentos que atestam o cumprimento da legislação.

Uma etapa relevante no processo de planejamento e gestão da instituição refere-se à elaboração e à execução orçamentária. A proposta orçamentária deve ter por base o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Programas de Ação da instituição, devendo expressar financeiramente as decisões a respeito das prioridades, dos objetivos e das metas e alocar recursos nos serviços, de acordo com a missão da instituição. A Direção assegura a elaboração e aprova o orçamento da instituição, alocando os recursos necessários para a realização de sua missão. Sempre que a instituição estiver ligada a uma Direção Superior esta, em articulação com a Direção, assegura a elaboração e aprova o orçamento e os recursos necessários para a realização da missão da instituição.

O acompanhamento administrativo do Curso é realizado por um corpo de funcionários capacitados que seguem um conjunto de procedimentos visando a obtenção dos melhores resultados.

A Secretaria Acadêmica é a área responsável pelo registro e acompanhamento do corpo discente. Ela emite matrículas, crachás, interrupção de matrículas, notas e conceitos, históricos escolares, diplomas e demais certificados de acordo com as normas da instituição, bem como zela pelo cumprimento da legislação vigente no âmbito da formação. A Secretaria Acadêmica também mantém registro dos cursos ofertados pela instituição, que inclui a proposta do curso, a autorização pelo seu funcionamento, o registro dos processos de ensino- aprendizagem, assinados pelo docente responsável.

Padrões de Referência:

- 3.2.1. A instituição possui manuais de normas, rotinas de procedimentos administrativos documentados e aplicados.
- 3.2.2. O Curso integra o orçamento e plano de metas da instituição.
- 3.2.3. Possui corpo administrativo capacitado, integrado e suficiente para garantir a regularidade das atividades administrativas referidas ao Programa/Curso.
- 3.2.4. A instituição possui uma Secretaria Acadêmica ou similar, que acompanha a gestão acadêmica coerente com os objetivos da instituição.
- 3.2.5. A Secretaria Acadêmica ou similar conhece, dispõe e atualiza o conjunto de documentos que dão sustentação legal ao Curso.
- 3.2.6. A Secretaria Acadêmica ou similar dispõe de mecanismos sistemáticos de acompanhamento da vida acadêmica do aluno.
- 3.2.7. A Secretaria Acadêmica ou similar dispõe de mecanismos sistemáticos de acompanhamento do Curso.

SD 3.3 - Infraestrutura Física

Argumentos:

A Direção assegura que os projetos de construção de novos prédios, sistemas ou componentes, bem como os projetos de ampliação ou reforma das estruturas já existentes, devem ser

elaborados em conformidade com todas as exigências estabelecidas em Códigos, Leis ou Normas pertinentes ao assunto e vigentes no local da execução da edificação, quer seja da esfera Municipal, Estadual ou Federal. Os documentos como plantas físicas, alvará de localização e outros devem estar em conformidade com a lei. Quando a organização não estiver em conformidade com algum requerimento legal, a Direção assume a responsabilidade de orientar os planos, no sentido de adquirir conformidade com estes requerimentos, definindo o período para a realização das mudanças necessárias.

O gerenciamento do ambiente institucional conta com manutenção preventiva e corretiva, de acordo com a legislação vigente, de forma a garantir a segurança necessária ao seu pleno funcionamento. Os pontos e/ou áreas de risco estão claramente sinalizados, existe sinalização afixada nas paredes, identificando os riscos existentes em cada ambiente e estão também anexadas as informações necessárias para que as pessoas adotem condutas adequadas para evitar acidentes. As informações pertinentes acerca dos riscos ambientais são divulgadas e abordadas nos programas de qualificação de pessoal. A instituição, além de identificar os riscos, implementa as medidas preventivas cabíveis.

A instituição possui sinalização adequada das medidas de precaução para os riscos do ambiente, fornecimento de identificação adequada a alunos, visitantes e profissionais, controle dos acessos e saídas de áreas críticas, assim identificadas pela organização, manutenção das vias de escape e dos acessos para resgate livres e desimpedidos, armazenamento seguro dos insumos, especialmente os inflamáveis, que devem ser guardados em locais fora do prédio da instituição.

Quando o curso for realizado de forma descentralizada requer o respeito aos padrões de referência explicitados.

Padrões de Referência:

- 3.3.1. O prédio da instituição está em conformidade com a legislação vigente e com as recomendações dos órgãos de inspeção.
- 3.3.2. O prédio da instituição garante condições de acessibilidade.
- 3.3.3. A instituição planeja e destina recursos financeiros para reformar ou substituir sistemas, prédios ou componentes chave, de acordo com as recomendações dos órgãos de inspeção e com as necessidades identificadas.
- 3.3.4. A instituição gerencia o ambiente institucional, mantendo condições seguras para os alunos, visitantes e funcionários e assegurando a manutenção do prédio, da infraestrutura e dos equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento.
- 3.3.5. A instituição adota políticas e procedimentos, visando reduzir ou eliminar os riscos e preservar o ambiente da instituição.
- 3.3.6. Dispõe de sistemas de saídas de emergência acessíveis e claramente sinalizados.

SD 3.4 - Acervo documental e científico

Argumento:

O acervo documental e científico tem um lugar central na formação profissional e deve ser permanentemente atualizado. Assim sendo, a Biblioteca deve estar conectada às redes virtuais de bibliotecas e dispor de número suficiente de livros nacionais e estrangeiros, além de assinaturas de revistas e jornais. Deve, também, manter intercâmbio com instituições similares a fim de obter teses, boletins internos, manuais e apostilas que sejam necessárias para o programa de cursos da instituição.

A Biblioteca tem seu espaço de trabalho, com acessibilidade, adequado para atender as demandas de consultas e estudo de seus usuários.

Padrões de Referência:

- 3.4.1. Os livros e periódicos correspondem às necessidades de formação oferecida pela instituição.
- 3.4.2. A renovação do acervo bibliográfico e assinaturas é regular.
- 3.4.3. A Biblioteca mantém programas de intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação do país.
- 3.4.4. A Biblioteca possui espaço, conectividade e equipamentos adequados para atender às demandas de consultas e de estudos.

SD 3.5 - Suporte pedagógico

Argumento:

O suporte pedagógico contribui para melhorar a comunicação e o processo de ensino-aprendizagem. Sua acessibilidade e atualização garantem o desenvolvimento do Curso com qualidade. É utilizado pelo corpo docente e discente.

Padrões de Referência:

- 3.5.1. O tipo, quantidade, disponibilidade e condições de funcionamento dos equipamentos e da infraestrutura correspondem às diferentes necessidades pedagógicas do Curso.
- 3.5.2. A instituição possui recursos tecnológicos para serem utilizados pelo Curso ou disponibiliza equipamentos que facilitam o processo ensino aprendizagem.